

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017. Finalizamos o semestre com resultado positivo, reflexo do reposicionamento estratégico do Banco e da concentração de esforços na oferta de crédito pulverizado para estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte através do desenvolvimento de canais de vendas. A ampliação do público-alvo em decorrência da aliança estratégica com a Ticket Serviços, impulsionou o crescimento de nossa carteira de crédito, a qual atingiu o patamar de R\$272 milhões, um crescimento de 96% sobre o ano anterior. Seguimos confiantes de que nossos esforços serão responsáveis por manter o Banco em crescente desenvolvimento e na manutenção de resultados positivos. **Controle Interno e Compliance** - O sistema de Controles Internos constitui-se em um conjunto de atividades estabelecidas pela Alta Administração, envolvendo todos os níveis hierárquicos da Instituição, com a finalidade de assegurar a aderência de todos os níveis de negócios às leis e regulamentos aplicáveis e às boas práticas de governança corporativa. Instituiu-se metodologia direcionada a proteção de seus ativos, de modo a atender à Resolução 2.554/1998 e correlatas, nas

diversas áreas do Banco Topázio. **Ouidoria** - Com a filosofia de dar voz aos clientes e usuários dos produtos e serviços, o Banco Topázio S.A. disponibiliza este canal de comunicação, que contribui para aprimorar as relações entre a Instituição e seus usuários, com pilares na transparência, sigilo e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução CMN nº 4.433/2015. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Gestão de Riscos** - A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Topázio responde pelo conjunto de políticas, estratégias, processos e métodos voltados ao controle e gerenciamento dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e de capital, reportando-se à Diretoria de Controles. Conta ainda, com a atuação do Comitê de Riscos, através de reuniões mensais com a Diretoria Executiva e consultores externos. O **Gerenciamento de Capital** consiste, em consonância com as estratégias do Banco, da construção de cenários normais e estressados determinantes na realização de ações preventivas à insuficiência de capital. No **Risco de Mercado** utiliza-se como metodologia de monitoramento o *Value at Risk* (VaR), além da

realização de testes de estresse simulando a carteira da Instituição em situações atípicas de mercado. No **Risco de Crédito** além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, como: inadimplência, ratings e rolagens, além da exigência de capital regulatório. A gestão do **Risco de Liquidez** consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. Além disso, através do Comitê de Ativos e Passivos do Banco são analisadas e definidas as estratégias para a gestão da liquidez. O **Risco Operacional** é monitorado através da análise de impacto e probabilidade dos riscos mapeados além da base de perdas operacionais. Por fim a Gestão de Riscos é responsável pela apuração dos limites operacionais determinados pelo BACEN, como o **Índice de Basileia**, buscando o equilíbrio entre as exposições aos riscos e a lucratividade, sempre em conformidade com a legislação vigente. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br.
Porto Alegre (RS), 1º de Agosto de 2017

A Administração**BALANÇO PATRIMONIAL em 30 de junho de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)**

	2017	2016		2017	2016
Ativo			Passivo		
Circulante	311.120	262.307	Circulante	126.348	102.128
Disponibilidades (Nota 4)	8.309	2.536	Depósitos (Nota 10)	89.781	88.939
Aplicações interfinanceiras de liquidez	60.188	104.614	Depósitos à vista	13.949	2.119
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	60.188	104.614	Depósitos interfinanceiros	681	408
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	61.551	39.509	Depósitos a prazo	75.151	86.412
Carteira própria	59.945	38.087	Relações interdependências	323	236
Vinculados à prestação de garantias	1.606	1.422	Recursos em trânsito de terceiros	323	236
Relações interfinanceiras	3.379	179	Outras obrigações	36.244	12.953
Pagamentos e recebimentos a liquidar	60	4	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	297	178
Depósitos vinculados ao Banco Central	134	126	Carteira de câmbio	13.323	1.298
Correspondentes	3.185	49	Fiscais e previdenciárias	1.398	966
Operações de crédito (Nota 6)	161.658	102.374	Diversas (Nota 11)	21.226	10.511
Setor privado	173.096	118.151	Não circulante	202.463	138.177
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.438)	(15.777)	Depósitos (Nota 10)	201.413	138.177
Outros créditos	15.798	12.734	Depósitos interfinanceiros	—	362
Carteira de câmbio	6.723	515	Depósitos a prazo	201.413	137.815
Diversos (Nota 7)	12.224	12.219	Outras obrigações	1.050	—
Provisão para outros créditos	(3.149)	—	Diversas (Nota 11)	1.050	—
Outros valores e bens	237	361	Patrimônio líquido (Nota 13)	85.806	49.098
Outros valores e bens	—	38	Capital	133.114	83.114
Despesas antecipadas	237	323	De domiciliados no País	133.114	83.114
Não circulante	103.497	27.096	Ajustes de avaliação patrimonial	(7)	(33)
Realizável a longo prazo	101.249	23.332	Prejuízos acumulados	(47.301)	(33.983)
Relações interfinanceiras	—	3.143			
Correspondentes	—	3.143			
Operações de crédito (Nota 6)	95.898	18.712			
Setor privado	99.592	20.652			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.694)	(1.940)			
Outros créditos	4.910	1.200			
Diversos (Nota 7)	4.910	4.343			
Provisão para outros créditos	—	(3.143)			
Outros valores e bens	441	277			
Despesas antecipadas	441	277			
Imobilizado de uso (Nota 8)	866	761			
Outras imobilizações de uso	3.050	2.743			
Depreciações acumuladas	(2.184)	(1.982)			
Intangível (Nota 9)	252	1.468			
Ativos intangíveis	916	2.315			
Amortização acumulada	(664)	(847)			
Diferido (Nota 9)	1.130	1.535			
Gastos de organização e expansão	4.059	4.059			
Amortização acumulada	(2.929)	(2.524)			
Total do ativo	414.617	289.403	Total do passivo e do patrimônio líquido	414.617	289.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)**

	Capital	Aumento de capital	Capital a realizar	Reserva de lucros Legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	76.914	6.200	(800)	—	(20)	(29.104)	53.190
Aumento de capital	6.200	(6.200)	800	—	—	800	800
Prejuízo do semestre	—	—	—	—	—	(4.879)	(4.879)
Ajustes ao mercado	—	—	—	—	(13)	(13)	(13)
Saldos em 30 de junho de 2016	83.114	—	—	—	(33)	(33.983)	49.098
Saldos em 31 de dezembro de 2016	133.114	—	—	—	(15)	(48.720)	84.379
Reversões de reservas	—	—	—	(70)	—	70	—
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	—	1.419	1.419
Destinações	—	—	—	—	—	—	—
Constituição da reserva legal	—	—	—	70	—	(70)	—
Ajuste ao mercado	—	—	—	—	8	8	8
Saldos em 30 de junho de 2017	133.114	—	—	—	(7)	(47.301)	85.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco" ou "Instituição") é uma sociedade de anônima de capital fechado que foi constituída como Topázio S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 8 de abril de 2005, tornando-se operacional em 1º de março de 2006. Desde 12 de junho de 2009, opera na forma de Banco Múltiplo. O Banco tem como objeto oferecer serviços e produtos financeiros que atendam às especificidades de cada segmento de cliente utilizando, de forma sinérgica, o potencial da relação financeira com a rede conveniada Good Card e Ticket (alcançada através de aliança estratégica firmada em 2016). Em junho de 2016, foi firmada parceria com a Ticket, empresa representativa na gestão de convênios associados ao programa PAT e na gestão de frotas. O objetivo da parceria é aumentar o público-alvo do Banco, elevando os patamares de liberação de crédito, com reflexo no segundo semestre de 2016. Essa parceria permite a preferência e acesso à informação relevante para a oferta de capital de giro aos estabelecimentos credenciados. O Banco concluiu o processo de descontinuidade da carteira de cartão de crédito para pessoas físicas, bem como o saneamento das carteiras de *middle market* e *market*, afetando, ainda, os resultados do exercício de 2016. Ambas as atividades foram responsáveis pelos prejuízos nos últimos anos devido ao desequilíbrio de preço, ao custo operacional e ao risco de crédito associado, além de crescimento organizacional para fazer frente às demandas desses produtos. Concomitantemente, o Banco revisou políticas de crédito, risco e liquidez, adotando parâmetros mais rígidos para aceitação de operações, maior conservadorismo na determinação da classificação de risco das operações, restringindo a exposição a contrapartes de operações e estabelecendo parâmetros de liquidez mais seguros. Também promoveu o reposicionamento de políticas de precificação, o que possibilitou a geração de carteiras com menor risco de crédito e com maior rentabilidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 17 de julho de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis: **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apuração de resultados:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen e a regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: **• Títulos para negociação** - São adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. **• Títulos disponíveis para venda** - São aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. **• Títulos mantidos até o vencimento** - São aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Operações de crédito:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de

atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, estas são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de decorridos seis meses de sua classificação no *rating* H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais estas registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. **g. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. **h. Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **i. Intangível e diferido:** O ativo intangível está representado por gastos com o desenvolvimento dos produtos Câmbio, Envio Fácil Nacional e Internacional, Softwares e Projeto Bank as a Service, registrados ao valor de custo. A amortização para o projeto do câmbio é calculada pelo método linear, com base no prazo de cinco anos. O ativo diferido está representado por gastos com a transformação em Banco Múltiplo, registradas ao valor de custo. A amortização é calculada pelo método linear, no prazo de dez anos. **j. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **k. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **l. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos:** **• Depósitos interfinanceiros** - Representam captações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **• Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos** - Estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs) e Letras Financeiras, pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos *pro rata* dia, até a data do balanço. **m. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e incorridos. **n. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120, e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme MP nº 675 convertida em Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da contribuição social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015. **o. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **• Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com

processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **p. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia). **q. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **r. Demonstração do fluxo de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e aprovada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **s. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez:** Em 30 de junho de 2017 e 2016, estavam registrados os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	8.309	2.536
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	53.188	60.897
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	3.999	2.720
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	3.001	40.997
Total	60.188	104.614
Total de caixa e equivalentes de caixa	68.497	107.150

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	2017		2016	
	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria - LFT	59.945	59.952	38.087	38.087
Vinculados à prestação de garantias - LFT	1.606	1.606	1.422	1.422
Total	61.551	61.558	39.509	39.509

Os títulos públicos federais possuem vencimento em 1º de março de 2018 e 1º de março de 2020, e o valor de mercado foi apurado com base nos preços divulgados pela Anbima. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado foram levados à conta específica do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Em 30 de junho de 2017, foi registrado o ajuste de R\$ 8 (R\$ 13) em 30 de junho de 2016). Em 30 de junho de 2017 e 2016, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. **6. Operações de crédito:** O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: crédito consignado privado, financiamento ao consumo através de associação com varejos e financiamentos de créditos de cartão de crédito. As operações com pessoas jurídicas são: empréstimo de capital de giro e desconto de títulos, geralmente associadas a garantias em recebíveis. A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição: **a. Composição das operações de crédito por modalidade:**

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Setor privado				
Capital de giro	152.454	99.193	251.647	86.569
Cartão pessoa física	—	—	10.524	2
CDC	16.498	259	16.757	19.863
Consignado	556	140	696	1.195
Conta garantida	3.588	—	3.588	—
Total operações de crédito	173.096	99.592	272.688	118.151
Total	173.096	99.592	272.688	118.151

b. Composição da carteira por vencimento:

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Até 60 dias	3.655	4.347	2.938	6.111
De 61 a 180 dias	2.938	6.111	1.459	6.702
Acima de 180 dias	1.459	6.702	—	—
A vencer:				
Até 180 dias	89.566	62.881	75.478	38.110
De 181 a 360 dias	75.478	38.110	173.096	118.151
Total circulante	97.522	20.652	99.592	20.652
A vencer acima de 360 dias (não circulante)	272.688	138.803	272.688	138.803
Total	370.210	159.455	372.280	139.455

continua



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

c. Composição da carteira por setor de atividade:

	2017	2016
Comércio	252.131	102.016
Indústria	2.995	3.634
Outros serviços	109	649
Pessoa física	17.453	32.504
Total	272.688	138.803

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa: Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, do Bacen:

Nível risco	2017			2016		
	Operações de crédito (R\$ mil)	Provisão (% R\$ mil)	%	Operações de crédito (R\$ mil)	Provisão (% R\$ mil)	%
A	80.374	29,47	402,05	29.512	21,26	148,05
B	63.682	23,35	637,10	31.355	22,59	313,10
C	103.938	38,12	3.118,30	47.166	33,99	1.415,30
D	12.390	4,54	1.239,10	6.558	4,72	656,10
E	2.443	0,90	733,00	10.948	7,89	3.284,00
F	728	0,27	364,50	1.750	1,26	875,50
G	1.645	0,60	1.152,70	1.627	1,17	1.139,70
H	7.488	2,75	7.487,10	9.887	7,12	9.887,10
Total	272.688	100,00	15.132	138.803	100,00	17.717

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos:

	2017	2016
Saldo inicial	18.568	16.339
Constituição de provisão	12.581	12.545
Reversão de provisão	(7.946)	(2.662)
Créditos baixados para prejuízo	(8.071)	(8.505)
Saldo final	15.132	17.717
Circulante	11.438	15.777
Não circulante	3.694	1.940

As operações renegociadas no semestre findo em 30 de junho de 2017 montavam R\$ 11.424 (R\$ 5.240 em 30 de junho de 2016). No semestre findo em 30 de junho de 2017, foram recuperados créditos no montante de R\$ 542 (R\$ 1.338 em 30 de junho de 2016).

7. Outros créditos diversos:

	2017	2016
Circulante		
Emissores a receber (a)	-	1.347
Impostos e contribuições a compensar	596	-
Adiantamento a fornecedores	1	-
Sociedades ligadas (b)	567	37
Convênio Rede PAE a receber	3.042	1.605
Adiantamentos e antecipações salariais	188	216
Cobrança a processar	2.121	1.189
Tributos diferidos (Nota 17)	5.485	7.670
Outros	224	155
Total circulante	12.224	12.219
Não circulante		
Impostos e contribuições a compensar	-	751
Tributos diferidos (Nota 17)	2.492	1.717
Depósitos judiciais	2.418	1.875
Total não circulante	4.910	4.343

(a) Emissores a receber: Valores a receber oriundos de transações antecipadas à rede de estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Sociedades ligadas: Valores a receber da empresa Ticket Soluções HDFGT S.A. no valor de R\$ 271 (R\$ 0 em 2016) com o razão social Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HAAG S.A.), oriundos de reembolso de despesas e utilização de cartões em rede de estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card.; e valores a receber da Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Cartões BHOA Ltda. no valor de R\$ 0 (R\$ 26 em 2016), da GoodCard Licenciamentos QBUA Ltda. no valor de R\$ 11 (R\$ 1 em 2016), da Saque e Pague Rede de Autoatendimento S.A. no valor de R\$ 281 (R\$ 6 em 2016), da Tecloud Serviços de Tecnologia AHU Ltda. no valor de R\$ 4 (R\$ 3 em 2016) e da Quantiza Tecnologia da Informação Ltda. no valor de R\$ 0 (R\$ 1 em 2016), oriundos de reembolso de despesas.

8. Imobilizado de uso:

	2017	2016	Taxas anuais de depreciação %
Custo corrigido	329	197	10
Depreciação acumulada	(132)	(479)	213
Líquido	894	479	236
Instalações	99	62	37
Móveis e utensílios	1.728	153	267
Equipamentos de comunicação	3.050	866	761
Processamento de dados			20

9. Intangível e diferido:

	2017	2016	Taxas anuais de amortização %
Custo corrigido	823	250	1.451
Amortização acumulada	(93)	(2)	17
Líquido	916	252	1.468
Projetos de implantação de produtos			20
Softwares			20
Custo corrigido			
Amortização acumulada			
Líquido			
Diferido			
Gastos de organização e expansão	4.059	1.130	1.535
	(2.929)	(1.130)	1.535

10. Depósitos à vista, a prazo e interfinanceiros: Os prazos de vencimentos das operações de depósitos interfinanceiros, a prazo e letras financeiras, estão assim segregados:

	A vencer em até 90 dias	A vencer de 91 dias a 360 dias	A vencer a cima de 360 dias	Total circulante	Total não circulante
Depósitos					
Depósito à vista	13.949	-	-	13.949	-
Depósito a prazo	18.741	56.410	201.413	75.151	201.413
Depósito interfinanceiro	-	681	-	681	-
Total - Junho de 2017	32.690	57.091	201.413	89.781	201.413
Depósito à vista	2.119	-	-	2.119	-
Depósito a prazo	48.634	37.778	137.815	86.412	137.815
Depósito interfinanceiro	-	408	362	408	362
Total - Junho de 2016	50.753	38.186	138.177	88.939	138.177

Os depósitos a prazo e interfinanceiros são remunerados em até 120,00% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com vencimentos até junho de 2020. Do total de captações em depósito a prazo, 37% possuem carência mínima de 180 dias com registro de possibilidade de resgate antecipado após o período de carência, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

11. Outras obrigações - Diversas:

	2017	2016
Circulante		
Transações a reembolsar (a)	1.504	1.182
Sociedades ligadas (Nota 18)	4.915	2.539
Provisão para pagamentos (b)	3.433	2.503
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	3.696	2.413
Recursos de terceiros custodiados na TECBAN	6.026	1.121
Outras	1.652	753
Total circulante	21.226	10.511
Não circulante		
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	1.050	-
Total não circulante	1.050	-

(a) Transações a reembolsar: Transações a pagar a estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Provisão para pagamentos: Valores a pagar de despesas de pessoal e outras despesas administrativas. **12. Passivos contingentes:** A Instituição possui passivos contingentes relativos a processos em andamento, e os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados na tabela a seguir:

Natureza	Quantidade	2017	2016
Trabalhista	18	4.636	2.353
Tributária	1	3	-
Cível	11	107	60
		4.746	2.413

As ações de natureza cível são referentes a rescisões de contratos, ações de sustentação de protesto, inexistência de débitos e indenizatórias. As ações de natureza trabalhista decorrem de processos, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, tendo como objeto os direitos trabalhistas. O valor das contingências possíveis não provisionadas contra o Banco totaliza, em 30 de junho de 2017, o montante de R\$ 2.837, referente a 28 processos cíveis, trabalhistas e tributários (R\$ 909 em 2016, referente a 77 processos cíveis, trabalhistas e tributários). **13. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 30 de junho de 2017, o capital social é de R\$ 133.114, representado por 116.695.420 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, quando auferido, limitada até 20% do capital social nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações. **c. Dividendos:** O estatuto assegura a distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de exercício, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **14. Receitas de prestação de serviços:** As receitas de prestação de serviços são representadas em sua maioria pelas tarifas cobradas dos bancos conveniados à rede de ATMs (caixas eletrônicos) do Banco, no montante de R\$ 28.977 (R\$ 13.964 em 2016) e tarifas cobradas de pessoas jurídicas na abertura de crédito.

15. Despesas administrativas:

	2017	2016
Processamento de dados	28.803	15.270
Serviços do sistema financeiro	4.356	3.021
Serviços técnicos especializados	1.107	1.187
Serviços de terceiros	3.769	1.417
Aluguéis	405	411
Comunicações	526	711
Outras despesas administrativas	1.208	1.598
Total	40.174	23.615

16. Outras receitas operacionais: Em 2016, representam, majoritariamente, receitas decorrentes do pagamento antecipado de reembolso de transações de cartões à rede de estabelecimentos, no montante de R\$ 11.737, operação que foi descontinuada em 2017.

17. Imposto de renda e contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real em 30 de junho de 2017 e 2016:

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.225	(5.400)
(+) Adições	11.285	13.543
(-) Exclusões	(15.064)	(9.882)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social antes das compensações	(554)	(1.739)
IRPJ diferido	(865)	289
CSLL diferido	(941)	232
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.806)	521

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2016	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 30/06/2017
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.783	4.620	(2.816)	(3.610)
Período				
Até 1 ano (circulante)				2017
Até 2 anos				2016
Até 3 anos				5.485
Até 4 anos				697
Até 5 anos				1.233
Mais de 5 anos				247
Não circulante				237
Total				145
				2.492
				1.717
				7.977
				9.387

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio de capital de 11,81% a.a. em 30 de junho de 2017, é de R\$ 7.055. O saldo existente em 30 de junho de 2017 está suportado pelo Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário elaborado pela Administração e aprovado pela Diretoria, o qual considera projeções de resultado e plano de negócios com base na conjuntura atual e cenários futuros das premissas utilizadas nas referidas projeções. **18. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos:** As transações com partes relacionadas compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo efetuados a taxas e condições usuais de mercado:

	2017	2016
Saque e Ticket		
Inter-metro		
Tecloud		
Outras		
Total		

Ativo

	2017	2016
Outros créditos (a)	281	271
Depósitos à vista	-	1.482
Depósitos a prazo (b)	4.751	-
Outros passivos (c)	4.309	346
	-	67
	11	3
	107	60
	4.746	2.413

(a) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas e valores a receber oriundos de transações antecipadas à rede de estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs. (c) Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados. **b. Remuneração da Administração:** Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pagas via folha de pagamento. O valor total da remuneração no exercício, incluindo gratificações, é apresentado na rubrica "Despesas de pessoal", na demonstração do resultado, no montante de R\$ 910 (R\$ 888 em 2016). A Instituição não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **19. Estrutura de gerenciamento de riscos:** A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Instituição, por isso conta com uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. **Risco operacional:** Conforme a Resolução nº 3.380/2006, define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes. **Risco de mercado:** Conforme Resolução nº 3.464/2007, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado. A Instituição utiliza o Value at Risk (VaR) para situações normais, além da realização de testes de estresse simulando situações atípicas de mercado. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade de a Instituição honrar suas obrigações, causadas pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. Em atendimento à Resolução nº 4.090/2012, a Instituição monitora o fluxo de caixa diário projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos. **Risco de crédito:** Conforme a Resolução nº 3.721/2009, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento total tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão de risco de crédito utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, além da exigência de capital regulatório. **Gerenciamento de capital:** Conforme Resolução nº 3.988/2011, define-se gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários contemplando a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas. Também são construídos cenários estressados identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas. **20. Limite operacional (Acordo da Basileia):** Em junho de 2017, o Banco Topázio encontra-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 25,04%, possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 10,5% sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013 do CMN e demais normativos complementares. O PR é inteiramente formado pelo capital denominado como de Nível 1, e este, por sua vez, é inteiramente formado por capital classificado como Capital Principal, desse modo esses indicadores possuem o mesmo valor do Índice de Basileia e, portanto, estão acima do mínimo exigido de 6% para o Nível 1 e 4,5% para o Capital Principal. O Banco possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/2007 do Bacen e demais normativos pertinentes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Topázio S.A. - Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topázio S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de à Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar à Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar

Patricia Cáren da Silveira Andrade - Contadora - CRC/RS 58013/O-2

nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

